



**PAUTA
PARA A 53ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 26 DE ABRIL DE 2018**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 258, de 2018, de autoria do deputado Pedro Kaká. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Cerejeiras Festival", em Garça.

2 - Projeto de lei nº 259, de 2018, de autoria do deputado Barros Munhoz. Classifica Pedra Bela como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 260, de 2018, de autoria do deputado Raul Marcelo. Torna obrigatória a publicação, em sítio eletrônico oficial, bem como no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de informações detalhadas a respeito das renúncias fiscais no âmbito do Estado.

4 - Projeto de lei nº 261, de 2018, de autoria do deputado Coronel Camilo. Torna obrigatório a reparar integralmente o dano e a pagar multa equivalente ao dobro do valor do dano material, aquele que pichar, destruir, depredar ou danificar bem móvel ou imóvel integrante do patrimônio público estadual.

5 - Projeto de lei nº 262, de 2018, de autoria do deputado Carlos Neder. Declara de utilidade pública a "Associação de Moradores do Parque Nova Santo Amaro", na Capital.

6 - Moção nº 24, de 2018, de autoria do deputado Raul Marcelo. Apela para o Sr. Governador do Estado a fim de que o Poder Público estadual providencie, em caráter de urgência, as medidas necessárias para impedir a prática de quaisquer atos de vandalismo, incluindo incêndios e pichações, nas escolas da rede estadual de ensino público.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 255, de 2018, de autoria do deputado Coronel Camilo. Autoriza o Poder Executivo a instituir a indenização dos valores pagos pelos policiais militar e civil e agentes penitenciários a título de honorários advocatícios quando, em razão das funções exercidas, forem demandados administrativamente ou judicialmente.

2 - Projeto de lei nº 256, de 2018, de autoria do deputado Feliciano Filho. Institui o mês "Abril Laranja" dedicado à campanha de prevenção da crueldade contra os animais.

3 - Projeto de lei nº 257, de 2018, de autoria do deputado Feliciano Filho. Institui o "Dia da Prevenção da Crueldade Contra os Animais" e o inclui no Calendário Oficial do Estado.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 245, de 2018, de autoria do deputado Edmir Chedid. Altera a Lei nº 13.296, de 2008, que "Estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA", para dispor sobre a forma de pagamento do tributo.

2 - Projeto de lei nº 246, de 2018, de autoria do deputado Edmir Chedid. Inclui o § 6º no artigo 1º da Lei nº 3.201, de 1981, para dispor sobre a partilha do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, no caso de operações e prestações que destinem bens ou serviços a consumidor final não contribuinte localizado em outro município.

3 - Projeto de lei nº 247, de 2018, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Declara de utilidade pública o "Centro de Referência do Idoso da Estância Turística de Ribeirão Pires".

4 - Projeto de lei nº 248, de 2018, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Altera a Lei nº 12.268, de 2006, que institui o Programa de Ação Cultural - PAC.

5 - Projeto de lei nº 249, de 2018, de autoria do deputado Pedro Kaká. Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.374, de 1989, para instituir isenção do ICMS à venda de veículos novos destinados à atividade de transporte remunerado privado individual de passageiros através motoristas de aplicativos.

6 - Projeto de lei nº 250, de 2018, de autoria do deputado Chico Sardelli. Autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Regional de Proteção Animal, em Americana.

7 - Projeto de lei nº 251, de 2018, de autoria do deputado Chico Sardelli. Regulamenta a profissão de Sepultador (coveiro) no Estado.

8 - Projeto de lei nº 252, de 2018, de autoria do deputado Rafael Silva. Obriga as unidades escolares, públicas e privadas, inclusive creches, a disponibilizarem no mínimo 10% (dez por cento) de mobiliário adaptado para pessoas com deficiência e ou obesas.

9 - Projeto de lei nº 253, de 2018, de autoria do deputado Afonso Lobato. Proíbe a administração direta, indireta e fundacional do Estado desenvolver, financiar, executar ou autorizar ações que visem à mortandade de cães e gatos que vivam livremente sem a proteção humana.

10 - Projeto de lei nº 254, de 2018, de autoria do deputado Afonso Lobato. Torna obrigatória a divulgação diária da disponibilidade de leitos disponíveis e ocupados nas unidades de terapia intensiva nos hospitais particulares no Estado.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 241, de 2018, de autoria da deputada Márcia Lia. Classifica Euclides da Cunha Paulista como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 242, de 2018, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Declara de utilidade pública a Fundação de Amparo ao Menor "Dr. José de Oliveira e Silva", em Santo Antonio do Jardim.

3 - Projeto de lei nº 243, de 2018, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Cedral como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 244, de 2018, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Itapetininga como Município de Interesse Turístico.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 7, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Cria a Aglomeração Urbana de Franca. Parecer nº 473, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

3ª Sessão

Proposta de emenda nº 2, de 2018, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Fernando Capez e outros. Inclui §2º - A no artigo 138 da Constituição do Estado.